

TELEVISÃO, CIDADANIA E «HISTÓRIA ÚNICA». UMA ANÁLISE DA BIBLIOGRAFIA PORTUGUESA SOBRE O JORNALISMO TELEVISIVO EM PORTUGAL

FRANCISCO RUI CÁDIMA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Resumo

Da análise do estado da arte da bibliografia sobre o jornalismo televisivo algumas regularidades surgem como recorrentes na construção social da realidade pelos media, quer no plano da diversidade de vozes, quer no plano do pluralismo de largo espectro. Verifica-se que as estratégias editoriais não são inócuas; reflectem, em regra, um modelo performativo de negatividade, ou mesmo um princípio do esquecimento e de censuras naturalizadas pelo próprio dispositivo televisivo que produz um défice de experiência da cidadania e a elisão do conhecimento sobre os processos sociais. Emoção, dramatização, actualidade trágica e *fait-divers* dominam a hierarquização da agenda e, em consequência, formatam a celebração do consenso e do conflito como realidades fechadas sobre si próprias.

Palavras-chave

Cidadania; Diversidade; Jornalismo; Pluralismo; Televisão.

«O poder é a capacidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva dessa pessoa. O poeta Palestino Mourid Barghouti escreve que se queres desapropriar um povo, a forma mais simples de o fazer é contar a sua história, e começar com "Em segundo lugar"... Quando rejeitamos a história única, quando nos apercebemos que nunca há uma história única sobre nenhum lugar, reconquistamos uma espécie de paraíso.» Chimamanda Adichie, «O perigo da história única», Conferência TED, Julho de 2009

«A televisão pode, paradoxalmente, esconder ao mostrar, mostrando outra coisa que não aquilo que deveria ser mostrado se fizesse aquilo que é suposto fazer, quer dizer, informar». Pierre Bourdieu, *Sur la télévision*, 1996

Este estudo procura recensear uma parte significativa das obras produzidas em Portugal sobre o jornalismo televisivo. A visão de conjunto que se extrai desta pesquisa não é nada favorável ao sistema de media e às práticas jornalísticas em Portugal nas últimas

décadas. Daí que se possa desde já colocar a questão de uma maneira algo radical: hoje, porventura, não interessa tanto aprofundar os erros cometidos, saber aquilo que foi feito ou descobrir o como foi feito, mas recusar o que (como) tem sido feito. Nesta matéria, interessará enfrentar de outra forma absolutamente distinta o fazer jornalismo, as suas práticas, convocando ainda o novo jornalismo – da era da Internet – para as dimensões da virtude civil e da experiência da cidadania. Trata-se, no fundo, de pensar a recondução do jornalismo não ao seu «quarto equívoco», mas ao seu espaço histórico de «quarto poder».

Desde meados dos anos 90 que se começou a consolidar em Portugal uma bibliografia portuguesa no domínio dos estudos televisivos, aplicada, em particular, ao tema do jornalismo televisivo. Estaremos, assim, com cerca de 15 anos sobre essa experiência inicial – resultante, em boa parte, da própria emergência da área das Ciências da Comunicação em Portugal. Podemos dizer, hoje, que apesar do pouco tempo entretanto transcorrido, se consolidou no nosso país um domínio de estudos específico. Construámos, entretanto, ferramentas teóricas e empíricas que nos permitem acompanhar as práticas jornalísticas e o seu discurso televisivo específico, com estudos aprofundados, quer nos centros de investigação das universidades, quer inclusive na actividade de regulação, em boa parte beneficiária da pesquisa académica.

Importa começar por referir um primeiro trabalho antológico, que embora não sendo sobre a especificidade portuguesa, não deixaria de influenciar fortemente a reflexão então produzida em Portugal dado o carácter pioneiro dessa publicação. Trata-se da obra *Jornalismo: Questões, Teorias, "Estórias"* coordenado por Nelson Traquina¹, que veio a tornar-se um manual de referência para os estudos sobre a informação televisiva em Portugal, na medida em que integrava um conjunto de textos fundamentais sobre a matéria, nomeadamente de alguns dos principais autores do universo anglo-saxónico.

Um dos primeiros trabalhos universitários nessa área específica do jornalismo televisivo em Portugal foi justamente a nossa tese de doutoramento intitulada «O Sistema Político e o Telejornal ao Tempo de Salazar e Caetano (1957-1974)», defendida em 1993 na FCSH-UNL, a qual viria a dar origem às duas primeiras publicações do autor, a saber: *O Fenómeno Televisivo* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1995) e *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa* (Lisboa: Presença, 1996). No primeiro caso, tratava-se de procurar constituir um saber reflexivo, crítico, sobre o dispositivo televisivo, em particular na área da informação, e, no segundo caso, reestruturava-se fundamentalmente a parte empírica da tese, com a análise do discurso dos telejornais ao longo de cerca de 17 anos das ditaduras de Salazar e Caetano, sendo abordada também a relação de ambos e do sistema de poder com a informação televisiva e a extensão desse mesmo sistema de poder no interior das práticas informativas da RTP. A par destes, outros trabalhos se têm vindo a inscrever nos

1 Nelson Traquina, *Jornalismo: Questões, Teorias, "Estórias"*, Lisboa: Vega, 1993.

estudos sobre o dispositivo da informação televisiva, em particular no âmbito de outras dissertações académicas, quer de mestrado, quer de doutoramento, o que constitui, no seu conjunto, um importante acervo reflexivo sobre uma das questões centrais em matéria de comunicação social nomeadamente no contexto das relações do discurso televisivo com a própria experiência social. É óbvio que a intermediação da televisão entre o mundo e os públicos é de uma enorme complexidade. O media potencia a difusão de um saber que mais não é do que uma recomposição rotineira, ritualizada, dos acontecimentos, dada através de um «instrumento de verdade» que não pode iludir, que não pode iludir-nos, sobre as suas práticas, os seus discursos, o seu dispositivo. Mas nem todo o telespectador é um descodificador desses sinais. A televisão, em particular, organiza o seu discurso em função das relações de poder e das representações que se configuram num determinado campo social e num contexto temporal, daí a emergência de uma ordem informativa protocolar e burocrática cujo impacto nas condutas e nas mentalidades é evidente. Por alguma razão se diz que a televisão clássica tem sido uma 'empresa' de escolarização alargada a todo o social. Costumamos dizer que a informação televisiva não reconhece no seu dispositivo a «inscrição» do mundo da vida e do sentido da história, reservando-se em boa parte apenas para o acontecimento anódino e para essa usual efabulação violenta do real, destacando prioritariamente alguns dos seus mais fortes estereótipos – a actualidade trágica, a catástrofe e o *fait-divers*. Por outro lado, a edição/difusão da agenda noticiosa é o momento fundador da verdade mediática quotidiana, embora trabalhe num registo de ilusão naturalista² que tem basicamente por horizonte de conhecimento um contrato de credibilidade com o telespectador – extensivo ao dispositivo técnico e discursivo –, e também uma instrumentalidade e uma performatividade. No final dos anos 90, Felisbela Lopes edita a obra *O Telejornal e o Serviço Público* (Coimbra : Minerva, 1999), a partir das suas Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica em Ciências da Comunicação, prestadas em 1998, com o seguinte título de dissertação: «A Informação e o Serviço Público de Televisão - Contributos para o estudo do Telejornal antes do aparecimento da TV privada». Nesta obra, Felisbela Lopes faz a análise do jornalismo televisivo do serviço público de televisão ao longo do período que antecede imediatamente o aparecimento da televisão privada em Portugal, concretamente os anos de 1988 a 1992. Manuel Pinto, no Prefácio à obra:

«A política, e nomeadamente os assuntos do Estado e, mais precisamente, do Governo, presidiam à ordem de prioridades; os *fait-divers* poderiam aceder ao alinhamento, mas remetidos para o fecho da lista de assuntos, a modos de nota curiosa ou humorística. Em regime de monopólio, o operador público não seria uma mera 'correia de

2 Francisco Rui Cádima, «Notícia do mundo e de lado nenhum. Ou a ilusão naturalista da informação televisiva», *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 8, Lisboa, CECL, 1988, pp. 41-46.

transmissão', mas movia-se, certamente, muito próximo da tutela do poder do momento, das respectivas lógicas, interesse e clientelas. O Telejornal, momento privilegiado de contacto com o país, dificilmente poderia deixar de ser também montra de exibição dos actos e projectos oficiais.»

O estudo de Felisbela Lopes sobre a passagem da informação televisiva dos anos 80 para a fase de liberalização do sector televisivo, vem de certa forma confirmar que o dispositivo da informação é porventura mais estável do que se poderia imaginar. Com efeito, salvas as devidas distâncias, vamos encontrar naquele período problemas semelhantes aos já identificados no nosso estudo no período da ditadura. Refiro-me, em particular, à presença privilegiada do sistema político e da sua agenda protocolar e a uma certa burocratização e institucionalização da «política do tempo» nos alinhamentos. A crise do factor contextualização, quer no plano da investigação e aprofundamento dos temas, quer no plano do uso de géneros assertivos para a análise do acontecimento, é também algo identificado neste trabalho, bem como a reduzida intervenção da opinião dos especialistas independentes, ou mesmo de jornalistas seniores, com a agravante de serem já verificáveis sinais de degradação da qualidade da informação. No início do novo século (2001) um dos trabalhos em destaque é precisamente sobre o tema da reportagem, tratado por José Rodrigues dos Santos, numa perspectiva histórica e de análise discursiva, em tese de doutoramento também defendida na FCSH-UNL: «O correspondente de guerra, o discurso jornalístico e a história – para uma análise da reportagem de guerra em Portugal no século XX». Parte da tese incidia sobre a experiência dos repórteres portugueses nas guerras de final de século, estudando, nomeadamente, os casos de Artur Albarran na ofensiva de reconquista do Kuwait, de Barata-Feyo no Afeganistão ou de Carlos Fino na Tchetchénia. A tese acabaria por ser editada pela Gradiva, em três volumes, na sequência da defesa: *Crónicas de Guerra - Da Crimeia a Dachau* (2001); *Crónicas de Guerra II - De Saigão a Bagdade* (2002) e *A Verdade da Guerra* (2002). Por essa altura surgia uma nova investigação no âmbito específico da análise de conteúdos jornalísticos. Refiro-me à tese de mestrado de Nuno Goulart Brandão, subordinada ao título «A Televisão Generalista e a Abertura dos Telejornais», dissertação defendida no ISCTE (2002), na qual se comprovava algo de que se tinha já uma percepção a partir de alguma bibliografia estrangeira, mas que neste caso adquiria a particularidade da «localização» através de investigação empírica, confirmando-se que há uma espécie de predisposição, uma regularidade na gestão dos alinhamentos dos telejornais, para colocar a catástrofe e a actualidade trágica com prioridade na agenda. Este estudo será publicado em 2002 (Lisboa: Editorial Notícias) com o título: *O Espectáculo das Notícias: a televisão generalista e a abertura dos telejornais*.

Nuno Goulart Brandão continuaria então os seus estudos dentro da mesma linha iniciada com o mestrado. Em 2005, também no ISCTE, defende doutoramento sobre o tema «Os Telejornais da Televisão Generalista Portuguesa - importantes encontros quotidianos com

a actualidade e para a construção social da realidade», que viria a ser publicado com o título *Prime Time – Do que falam as notícias dos Telejornais* (Lisboa: Casa das Letras, 2006). Independentemente de uma observação mais incisiva sobre o que é identificado na informação televisiva como *fait-divers* (a redefinição desta categoria, por exemplo, aumentaria significativamente a sua quota nos resultados do estudo), a verdade é que se trata de um estudo aprofundado que vem consolidar a investigação empírica na área. Nuno Brandão questiona-se sobre as consequências de uma estratégia de informação que «desrealiza» o mundo e conclui (pp. 221-222):

«(...) Os telejornais portugueses estão cheios de notícias geradoras de emoção, dramatização e espectacularidade como principais critérios para hierarquização da importância noticiosa. Estes critérios assentam no predomínio de categorias temáticas que reflectem essa realidade. A própria política é cada vez mais tratada pela televisão à luz dos impactes espectaculares e cada vez menos por uma informação reflectida, contextualizada e geradora de conhecimento para os cidadãos. Por isso, não basta que a televisão, e principalmente os seus telejornais, se organize em função da ritualização, na qual se privilegiam as transmissões em directo e os conteúdos que gerem emoção ou dramatização, mas sim apresentando aos espectadores novas posturas, favorecendo o desafio educativo, que acentua os valores positivos e de progresso, geradores de conhecimento para os cidadãos.»

O autor defende ainda que «será necessário promover um novo sentido para a informação televisiva que possibilite construir ou refundar uma nova ética audiovisual geradora de uma crítica racional» (p. 222) e conclui não sendo fácil marcar a diferença entre a televisão pública e as televisões privadas, caso tal não seja feito de forma inequívoca, a própria existência do serviço público poderá vir a estar em causa. Como síntese de cerca de dez anos de investigação nesta área, Nuno Brandão publica, já em 2010, o livro *As Notícias nos Telejornais - Que Serviço Público para o Século XXI?* Voltaremos mais à frente a esta obra.

Destaque ainda, no início da década, para a tese de mestrado de Gisela Machado, «O Primeiro Dia Europeu de Portugal: Cenas de uma União selada pela Televisão – Análise da Telecerimónia de Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE» (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003), uma investigação extremamente assertiva sobre uma celebração, dita, curiosamente, «coroação» de uma estratégia há muito ansiada por Portugal, constituindo-se em contratualização cerimonial e em reforço (audiovisual) de legitimação. As narrativas do real televisivo geram, através das lógicas dos directos, sobretudo protocolares, telecerimónias, acontecimentos ritualizados que fundam ou corroboram novas e velhas legitimidades e representações, permitindo o estabelecimento de paralelismos paradoxais (celebração vs. desordem), dado que os «directos» de maior duração, ou representam a Instituição, o Estado, uma grande cerimónia no plano Europeu (como é o caso desta tese que vai para o

prelo), um casamento real, o funeral do Papa, por exemplo, ou então abrem-se à tragédia e à catástrofe. É certo que no directo se joga uma legitimação menos compósita do real. Jean-Luc Godard defendia que era na *durée* no contínuo da transmissão de um jogo de futebol, por exemplo, que o dispositivo televisivo se afirmava na sua essencialidade, ganhando em transparência o que perdia na recomposição editorial. É certo, também, que a narrativização do real gera «acontecimentos-monumentos», mas também gera «acontecimentos-cerimónia», telecerimónias, que mais não fazem – através dos seus jogos de comunicação institucional e das pequenas telecerimónias do quotidiano telejornalístico –, do que a re-legitimação do político pelo consenso. Foi Mário Mesquita quem introduziu nos estudos televisivos em Portugal o conceito de «telecerimónia»³, baseado na noção de *media events* proposta por Elihu Katz⁴ nos seus textos de inícios dos anos 80. No texto «A cerimónia do esquecimento - os funerais de Hirohito», Mesquita especifica as características do género: são acontecimentos programados, em directo, delimitados no tempo e no espaço, têm um significado dramático ou ritual e «situam-se nos antípodas das informações que recaem sobre crises, conflitos, acidentes e catástrofes»⁵. Também Dayan e Katz definiram as telecerimónias como sendo «organizadas fora dos media, (...) no sentido em que os media apenas providenciam um canal para a transmissão»; são acontecimentos «pré-planeados, anunciados e publicitados com antecedência (...) dá tempo aos que os transmitem e à audiência para imaginarem e se prepararem».⁶ Para além disso, sob o ponto de vista pragmático emergem como uma espécie de acto social que convoca o cidadão para um espaço público domiciliado. Quando pensadas em relação à informação televisiva diária, Mário Mesquita considera que «as telecerimónias apresentam-se como um tempo de consenso e de celebração, enquanto o telejornal surge dominado pelos conflitos e pela negatividade». Outra dicotomia defende que as primeiras «solicitam uma adesão», enquanto o jornal televisivo «remete o telespectador para um papel distanciado e passivo».⁷ Com efeito, também Dayan e Katz (1999) referem essas diferenças entre acontecimentos noticiosos e os cerimoniais: «Os grandes acontecimentos noticiosos

3 Ver, nomeadamente, os seguintes artigos de Mário Mesquita, todos publicados mais tarde no seu livro *O Quarto Equívoco - O poder dos media na sociedade contemporânea*, Coimbra: MinervaCoimbra, 2003: «A cerimónia do esquecimento - os funerais de Hirohito», *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 14, Lisboa: CECL/Ed. Cosmos, 1991, pp. 23-42; «O tempo cerimonial na televisão ou a nostalgia programada», *Caleidoscópio*, nº 1, 2001, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, pp. 81-89. (inicialmente publicado em 1995 na *Recherches en Communication*, nº 3, UCL, Louvain-la Neuve); «Retóricas da Comunicação: do Jornalismo às Telecerimónias», *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo: Intercom, Vol.XX, nº2, Julho/Dezembro de 1997, p.65-83; «Legitimação política e acontecimentos cerimoniais», *Observatório*, n.º 3, Lisboa: Obercom, pp. 125-132.

4 Em Portugal, ver, nomeadamente, a obra de Daniel Dayan e Elihu Katz, *A história em directo. Os acontecimentos mediáticos na televisão*. Coimbra: Minerva, 1999.

5 Mário Mesquita, «A cerimónia do esquecimento - os funerais de Hirohito», *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 14, Lisboa: CECL/Ed. Cosmos, 1991, p. 23.

6 Dayan e Katz, op. cit, pp. 21-22.

7 Mesquita, op. cit., p. 24.

falam de acidentes, de desordem; os grandes cerimoniais celebram a ordem e a restauração»⁸, mas o facto é que, neste âmbito, a distinção entre os efeitos e o performativo de ambos não será porventura tão evidente, dado que, na nossa perspectiva, a instituição televisiva, apesar de negociar o sentido de uma e de outra, não deixa de chamar a si, historicamente, a figura hegemónica do consenso, não sendo ela, por regra, a denunciar o «contrato» de comunicação com o telespectador⁹, pelo que a própria forma como Dayan e Katz se referem às práticas jornalísticas comuns por oposição à telecerimónia, referindo que os jornalistas «suspendem a sua perspectiva crítica e tratam o tema com respeito, e até veneração (...), reverência e cerimónia»¹⁰, nos parece uma perspectiva demasiado benevolente e equívoca face a essas mesmas práticas. Isto significa que a hegemonia cultural e o consenso não estão só presentes na telecerimónia, mas estão, de uma forma geral, no discurso da informação televisiva. Daí estarmos convictos que a perspectiva de Mário Mesquita, exposta num outro texto sobre a questão, se adapta melhor ao âmbito do problema, considerando que o cerimonial político é um instrumento «de legitimação de poder que serve para reforçar ou suprir lacunas de mecanismos constitucionais (...). Inscrevendo os gestos de poder em liturgias provenientes de outras eras, introduz-se um placebo que permite colmatar (...) as insuficiências e as imperfeições da representação democrática».¹¹ Ou ainda considerando que a telecerimónia «visa conjurar o perigo, exorcizar o mal-estar, a angústia difusa das nossas sociedades habituadas a viver em crise permanente (...). Regista-se, pois, a reverência, o respeito, a devoção face às instâncias organizadoras das cerimónias que se manifestam nesses momentos de ritualidade».¹² De um ponto de vista abstracto, ou teórico, Mesquita diz-nos ainda no texto que «a informação jornalística baseia-se no conflito e na crítica, enquanto a celebração cerimonial tem por objectivo a criação de consensos».¹³ O facto é que a demasiado frequente não assunção, por parte da classe, do conflito, pela independência e transparência da informação, condena as práticas jornalísticas a aproximarem-se mais dos cerimoniais informativos do que do jornalismo propriamente dito. Repare-se que a intervenção directa ou indirecta do político se faz, desde logo, no primeiro estádio da chamada técnica do saber prático - a procedência/selecção da informação. No segundo estádio, na estruturação da notícia e do alinhamento, opera-se à fragmentação e à recomposição da imagem do social. No que diz respeito à apresentação final da notícia, verifica-se que a consubstanciação da legitimação do político e a

8 Dayan e Katz, op. cit., p. 24.

9 Ver em particular o capítulo «A informação televisiva. Política, actualidade trágica e fait-divers como legitimação» do nosso livro *O Fenómeno Televisivo*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

10 Dayan e Katz, op. cit, p. 22.

11 Mário Mesquita, «Legitimação política e acontecimentos cerimoniais», *Observatório*, n.º 3. Lisboa: Obercom, p. 129.

12 Mário Mesquita, «O tempo cerimonial na televisão ou a nostalgia programada», *Caleidoscópio*, n.º 1, 2001, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, p. 84.

13 Op. cit., p. 85.

criação de uma ideia de consenso nacional e de homogeneização do social, toma forma através do acontecimento-sintoma, protocolar, ou mesmo da actualidade trágica, no dizer de Gérard Leblanc, a que também chamou «acontecimento-catástrofe»¹⁴. Em domínio afim às telecerimónias, Eduardo Cintra Torres defendeu na sua tese de mestrado que, de certo modo, «a tragédia se tornou num género televisivo». A verdade é que das «telecerimónias» para as «teletragédias», mantemo-nos, de certa forma, num registo com as suas similitudes, apesar de não haver aqui unanimismo entre as diferentes perspectivas. No nosso caso aproximamo-nos mais da perspectiva de Gérard Leblanc e tendencialmente será esse também o caso de Eduardo Cintra Torres. No capítulo «O que é do real e o que é do ficcional nos eventos trágicos em TV», Cintra Torres refere: «(...) eventos do mundo real são tratados pela televisão como eventos do mundo real, através de formas, convenções e géneros que, por recorrerem à linguagem e à narrativa, são partilhados pelo jornalismo e a ficção»¹⁵. Mais à frente esclarece que «a tragédia televisiva engloba aspectos parciais da *re/a/presentação* dos noticiários, da *cerimónia*, dos *eventos não estruturados* e dos *eventos sem guião*, não sendo o seu género definido por uma, mas por todas estas características técnico-estruturais»¹⁶. Por fim, no capítulo «Géneros próximos: acontecimento mediático e melodrama informativo» o autor reconhece que existem múltiplas semelhanças entre cerimónia e tragédia, são ambas narrativas contínuas, mas «os dois géneros distinguem-se essencialmente por ser o evento mediático uma celebração do poder e da comunidade, enquanto na tragédia poder e comunidade são postos em causa».¹⁷ Ora, como reconheceu Gérard Leblanc, a dramatização da actualidade é uma das componentes essenciais da história da informação de massa, e nomeadamente, da história dos jornais televisivos. A simples apresentação das catástrofes, sejam elas naturais, sociais ou históricas, enquanto acontecimentos de natureza imprevisível e incoercível, expõe claramente o princípio da predominância da *mise-en-scène* dos efeitos sobre a análise das suas causas. Daí, os sentimentos de impotência gerados por este tipo de causalidades «inacessíveis» ao comum dos mortais. Surge assim, naturalmente, o mega-Estado enquanto instância providencial, capaz de regular as desordens do mundo:

«O Estado opõe o seu poder à desordem dos fenómenos. Ele apresenta-se como a emanção do povo mas, colocado acima dele, agindo segundo uma causalidade que lhe é própria, adquire uma estatura semelhante à de um deus. Podemos supô-lo capaz de afrontar vitoriosamente as forças dispersas do mundo objectivo. Ele parece à altura de restabelecer a ordem»¹⁸.

14 Gérard Leblanc, *Treize heures - vingt heures. Le monde en suspens*, Marburg: Éditions Hitzeroth, 1987.

15 Eduardo Cintra Torres, *A Tragédia Televisiva*, Lisboa: ICS, 2006, p. 39.

16 Op. cit., p. 98.

17 Op. cit., p. 105.

18 Gérard Leblanc, «A actualidade trágica», *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 9, Maio de 1989, p.89.

Cerimónia e tragédia são, assim, fenómenos diferentes que produzem efeitos semelhantes, quer no plano da criação do vínculo social e do consenso, quer na re-legitimação do político.

Voltando aos estudos do ano de 2005, é importante sublinhar que este é, sem dúvida, o ano mais prolífero de todo este ciclo em matéria de estudos televisivos. Isto porque foi nesse ano que se defenderam em Portugal nada mais nada menos do que quatro teses de doutoramento extremamente relevantes na área.

Na Universidade de Coimbra, Dinis Manuel Alves defendia também a sua tese de doutoramento em Ciências da Comunicação intitulada «Mimetismos e Determinação da Agenda Noticiosa Televisiva – A agenda-montra de outras agendas», procurando demonstrar que a narrativização do real se faz através de práticas arreigadas nas redacções que geram, fundamentalmente, acontecimentos em segunda e terceira mão, através de uma estratégia burocrática de produção de informação diária, justamente por via dos mimetismos de outras agendas e de rotinas diversas. A sua tese foi, ao tempo, um autêntico relatório de regulação, um importante alerta para as práticas vigentes na comunicação social portuguesa. Se só em 2010 começou a ser publicada, paradoxalmente, não o fez tarde. Chegou ainda actual, muito a tempo de ser lida e relida, esperando-se que dessa interacção com a recepção, sobretudo no campo jornalístico, possam nascer pequenos gestos, mudanças, inflexões, que originem novas práticas jornalísticas que não aquelas observadas na pesquisa, que tenham a ver fundamentalmente com uma lógica de exclusão «acontecimental», para privilegiar o «maravilhoso» *infotainment* que as audiências, os «sujeitos-estatísticos», devoram na sua missa diária das 20 horas. Uma exclusão que é, no fundo, uma nova dimensão do esquecimento e das censuras que tipificam o próprio sistema televisivo, a par da sua dimensão instrumental e performativa. Essa importante investigação de Dinis Alves veio dizer-nos, claramente, que há uma espécie de canibalização no sistema de media, uma info-dependência em que a televisão acaba por ser a «agenda-montra» final das outras agendas dos outros meios (nomeadamente imprensa e rádio), reproduzindo, reciclando em grande parte, aquilo que começa a ser o alinhamento dos outros órgãos de comunicação social. A análise empírica decorreu em 1999, foram analisados os telegornais das quatro estações televisivas portuguesas (RTP1, 2, SIC, TVI), os blocos informativos da Antena 1, Rádio Renascença e TSF, e ainda os jornais diários dos mesmos períodos, concluindo-se que cerca de 71% da matéria noticiada pelos telegornais da noite são temas já tratados anteriormente pelos outros media, como se se tratasse apenas de uma actualização ou reciclagem da informação, sem aprofundamento, sem investigação, sem pesquisa, sem novidade. Daí o autor considerar que o jornalismo televisivo surge como um jornalismo de *follow-up*, de «ilustração» ou de «animação» da actualidade previamente difundida por outros meios.

O primeiro livro com origem na tese de Dinis Alves, foi dado ao prelo já em 2010 com o sugestivo título *Promoções, Silêncios, Desvirtuações na TV – A informação ao serviço*

da estação (Coimbra: Mar da Palavra, 2010) um estudo com um enfoque muito particular sobre as *promo news*, isto é, as notícias que se confundem com a promoção de programas e produtos da própria estação. Diz-nos Dinis Alves na Introdução ao seu livro (p. 15):

«Apesar de decorrida quase uma década sobre os exemplos elencados, as práticas continuam as mesmas. Editores e directores das estações televisivas continuam, infelizmente, a promover os conteúdos endógenos, silenciando êxitos da concorrência, quando não tratam de desvirtuar o que se passa na janela mágica alheia».

E é bem certo: as práticas continuam as mesmas. Dir-se-ia mais: não só estas são as mesmas, como, em geral, todas as outras práticas de outras «promoções» (de outras agendas) se mantêm ou agravam. E, curiosamente, mantêm-se à revelia dos próprios reguladores e de protocolos de auto-regulação (p. 43):

«A inclusão de *promo news* em serviços informativos foi um dos pontos incluídos no acordo de auto-regulação firmado entre as estações de televisão portuguesas, sob o patrocínio da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS). (...) O acordo de auto-regulação, assinado a 18.09.2001, incluía, no seu articulado, uma cláusula na qual os operadores se comprometiam nos serviços noticiosos, a reforçar o mecanismos que garantam qualidade à Informação e clarifiquem os critérios jornalísticos, com respeito pelo Código Deontológico e pelo Estatuto do Jornalista, de modo a que uma notícia não possa ser confundida com qualquer tipo de promoção.»

Dinis Alves aborda depois os «Silêncios» e cita Ryszard Kapuscinski (p.47): «É mais o que é dito ou o que não é dito? Pode calcular-se o número de pessoas que trabalham na indústria da difusão. Que tal se pudéssemos calcular os que trabalham na indústria do silêncio?». Óscar Mascarenhas, cheio de razão retorquia: «Um dia escrevo-lhe (*a Kapuscinski*) a propor que inclua, na sua análise, as televisões de hoje como a mais ruidosa fábrica de silêncio».¹⁹ É referido que se trata de

«uma prática seguida bastas vezes, não apenas pela SIC, mas por todas as estações. E que demonstra bem a que extremos pode chegar o afã jornalístico de silenciar acontecimentos de transmissão efectuada por estações concorrentes. Uma prática que escancara bem como os interesses empresariais se sobrepõem aos critérios jornalísticos, e como alguns jornalistas aceitam, sem pestanejar, violar princípios que deveriam ter como fundamentais para o exercício da sua profissão. Em nosso entender, tais omissões lesam, efectivamente, o direito dos cidadãos a uma informação veraz, constituindo-se como uma forma diferente de desinformação.» (p.79).

No terceiro capítulo abordam-se múltiplas desvirtuações, onde as práticas jornalísticas

19 Em referência ao seu texto «A mais ruidosa fábrica de silêncio», *Diário de Notícias*, 10 de Setembro de 1997.

soçobram em toda a linha perante estratégias empresariais ou interesses publicitários, perante o *infotainment* ou *advertainment*, sendo certo que até no melhor pano – ou seja, em projectos jornalísticos considerados de referência – cai a nódoa. Real e ficção também se aproximam. Os exemplos dados são muitos e muito claros de uma crise que se instala no jornalismo e que Daniel Schneidermann, citado no texto, sintetizava desta maneira (p.159): «A noção da verdade está em vias de desaparecer na relação com os media. É assustador. E os jornalistas cada vez mais fazem passar o entretenimento à frente da informação». E recorde-se, por fim, a chamada de atenção de Dinis Alves a páginas 15:

«Esta obra tem finalidade muito singela: pretende-se apenas instrumento de educação para os media, apresentando aos estudantes de jornalismo/comunicação social, em particular, e aos cidadãos-telespectadores, em geral, rol de casos gerados por práticas que deveriam ser banidas dos espaços informativos televisivos, a bem da verdade, da honestidade profissional e da transparência democrática».

Voltando ao ano de 2005: para referir o trabalho de Jacinto Godinho, que na sua tese de doutoramento subordinada ao tema «Genealogias da Reportagem – do conceito de reportagem ao caso Grande Reportagem, programa da RTP (1981-1984)» vem considerar novas especificidades do sujeito-espectador e discorre sobre a reportagem enquanto género televisivo que se propõe a uma «interactividade» e não a uma «interpassividade» telejornalística, procurando teorizar também enquanto observador participante, mas pensando ainda sobre «o dispositivo da notícia que vai devorando o quadro da vida pública portuguesa», ou sobre a lógica-audímetro, considerando que os telejornais competem hoje pela realidade que melhor agrada ao seu patrocinador, que é espectador, justamente o «sujeito-espectador», na sua acepção. Ainda em 2005, Felisbela Lopes defende também a sua tese de doutoramento subordinada à temática «Uma década de Televisão em Portugal (1993-2003). Estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas». Tratava-se de uma análise dos programas de informação semanal dos canais generalistas, um trabalho que vinha também reforçar o acervo de investigações académicas sobre a informação televisiva em Portugal, contribuindo de forma notória para uma melhor percepção do muito que há a fazer em matéria de melhoria da qualidade da programação e da informação. O declínio e quase ausência dos programas de informação não-diária, designadamente nos canais privados, ao longo do período em estudo, é um dos temas aprofundados neste trabalho, que merece, naturalmente, uma reflexão e, mais do que isso, uma preocupação por parte de todos os actores.

Uma preocupação para a qual Felisbela Lopes já havia alertado, pouco antes da defesa da tese, no 4º congresso da Sopcom, então subordinado ao tema «Repensar os Media: Novos Contextos da Comunicação e da Informação». No congresso Felisbela Lopes apresentou já dados importantes obtidos no âmbito da preparação do seu doutoramento,

incidindo sobre a informação televisiva semanal emitida no horário da noite, dos canais generalistas portugueses, justamente no período 1993-2003, alertando para uma «espiral de silêncio», consequência das práticas jornalísticas abordadas na sua análise:

«Nos primeiros dez anos de coabitação entre os sectores público e privado de televisão, a informação semanal teve um percurso algo atribulado: encarada inicialmente como uma área estruturante no segmento nocturno, esse tipo de programação foi perdendo espaço a partir de finais dos anos 90, nomeadamente nos canais privados. Tendo como referência programas que se desenvolvem pela conversação em estúdio, uma das questões que importa discutir para avaliar o tipo de espaço público que essas emissões desenham diz respeito à identificação daqueles a quem os jornalistas dão a palavra. Da análise dos programas de debate e de grande entrevista emitidos na RTP1, SIC e TVI entre 1993 e 2003, concluímos que a classe política foi aí a mais privilegiada, mas nem todos tiveram o mesmo direito à palavra televisiva. Ministros, líderes partidários e os deputados mais conhecidos das diferentes bancadas parlamentares constituíram-se como uma espécie de donos dos plateaux da informação semanal da TV generalista.»²⁰

Desse modo, as televisões generalistas portuguesas contribuem não só para a não renovação da classe política - no que concerne em particular ao sistema enunciativo dos diferentes actores sociais em televisão -, mas também para a criação de um espaço público de debate que coloca, em regra, no domínio do esquecimento, a dimensão da cidadania, os representantes da sociedade civil, das suas múltiplas entidades e instituições, a experiência social e a virtude cívica:

«Entre 1993 e 2003, os programas de debate e de grande entrevista dos canais generalistas não foram espaços democráticos, antes desenharam palcos elitistas cujo direito à palavra foi dado a quem se reconhecia certas capacidades. (...) Neste cenário, os políticos mais conhecidos e com cargos de destaque tinham um bilhete de entrada assegurado e foi isso que aconteceu no período estudado. Percorrendo os interlocutores chamados a participar nas discussões que a TV organizou neste tempo, facilmente se verifica que os canais generalistas, através dos programas de debate e de grande entrevista, nunca reflectiram a opinião pública, antes a reconstruíram em torno dos mesmos "confrades". (...) Os programas de debate e grande entrevista preferiram passar à margem destas questões e, com isso, construíram um espaço televisivo monolítico, pouco igualitário e fomentador de uma enorme espiral do silêncio.»²¹

De referir que a tese de Felisbela Lopes está plasmada em dois livros entretanto pu-

20 Felisbela Lopes, «Os donos dos plateaux da informação semanal na TV generalista», *Livro de Actas do 4º Congresso da SOPCOM* (edição digital), Universidade de Aveiro, Outubro de 2005, pp. 225-233.

21 Op. cit, p. 233.

blicados: *A TV das elites : estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas : 1993-2005* (Porto: Campo das Letras, 2007) e *A TV do real: a televisão e o espaço público* (Coimbra: Minerva Coimbra, 2008). Importa referir ainda outras pesquisas essencialmente empíricas na área, nomeadamente as coordenadas por Isabel Ferin nos seus estudos e projectos sobre media e imigração, onde surge também uma componente associada aos estudos sobre o jornalismo televisivo²² com algumas investigações e contributos de vários autores sobre recepção e usos dos media e sobre a representação dos imigrantes e minorias nos meios de comunicação social em Portugal, com algum detalhe na análise do papel dos media, principalmente da televisão, nos processos de integração dessas mesmas comunidades. Neste contexto, destacaria o trabalho de mestrado de Willy Pereira da Silva Filho, subordinada ao tema «Imagem do Imigrante Brasileiro no Jornalismo Televisivo Português 2004-2006»²³, defendido na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2008. A tese analisa a construção da imagem do imigrante brasileiro no jornalismo televisivo português. O autor defende que existem diferenças estéticas e construtivas sobretudo em relação à representação do género, além de uma forte tendência para a valorização de construções de tipo tablóide no *corpus* estudado:

As «imagens e construções tabloizantes, ao provocar situações de drama e de espectacularização, passam a ser condenáveis segundo a deontologia da comunicação. (...) Partindo do corpus analisado nesta pesquisa, não podemos afirmar a existência de modelos de representação do imigrante brasileiro no telejornalismo português, mas sim de tendências representativas num quadro de construções técnicas, estéticas e ideológicas, suficientemente convencionadas.»²⁴

Uma referência também para a tese de doutoramento de Estrela Serrano, defendida no ISCTE em 2006, na área da Sociologia, subordinada à temática «Para um estudo do jornalismo em Portugal, 1976–2001. Padrões jornalísticos na cobertura de eleições presidenciais», publicada pouco mais tarde sob o título *Jornalismo político – a cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão, 1976–2001*²⁵, onde a autora faz uma análise aprofundada designadamente da cobertura jornalística televisiva, nas campanhas para a Presidência da República nesses anos. Em análise, estão as práticas jornalísticas face às estratégias de comunicação

22 Ver nomeadamente as seguintes publicações, com coordenação de Isabel Ferin: *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, Lisboa: ACIME, 2003; *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*, Lisboa: ACIME, 2006; *A Televisão das Mulheres: Estudos sobre a Recepção*, Lisboa: Quimera, 2006 e *Jornalismo e Democracia*, Lisboa: Paulus, 2007. Ver ainda na revista *Media & Jornalismo* o dossier temático «Imagens da Diferença». *Media & Jornalismo*, nº 8, Coimbra: Edições Minerva, 2006.

23 Já editada em livro: Willy Filho, *Imagem do Imigrante Brasileiro no Jornalismo Televisivo Português 2004-2006*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), Dezembro de 2008.

24 Op. cit., p. 149.

25 Estrela Serrano, *Jornalismo político – a cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão, 1976-2001*, Lisboa, Colibri, 2006.

dos candidatos, as campanhas de rua e a sua visibilidade televisiva nos diferentes canais generalistas, a influência das agendas políticas, as mutações de registo no âmbito próprio das fontes, cada vez mais elaboradas face a um jornalismo por vezes absorto na performatividade do político e dos seus dispositivos – do *spin-doctoring* ao *infotainment*, passando pelo *fait-divers*. Estrela Serrano nesta obra, reconhece que a «a pobreza informativa das campanhas eleitorais (...), mais do que informar os cidadãos, lhes dá, sobretudo, a sensação de estarem informados».²⁶ Alguma coisa se perde entretanto com a concorrência pós-monopólio, a saber, emergem tendências que submetem os critérios jornalísticos a razões institucionais, introduzem elementos narrativos de negatividade e «lógicas de distração», condescendem face à superficialidade e passividade, à radicação do senso comum, apelam ao polémico, à emoção, às picardias pessoais, soçobram face ao *share* e ao «mercado»: «a abordagem das campanhas eleitorais surge como institucional, legitimadora do *status quo* e consensual. (...) A análise das peças televisivas mostra que as reportagens das campanhas estão longe de constituírem momentos de informação política substantiva».²⁷ Para além de que, como refere a autora, os *fait-divers* e o conflito estão entre os aspectos mais focados. Em síntese, as rotinas jornalísticas evidenciam «dependência dos jornalistas das agendas de campanha dos candidatos e dos staffs eleitorais».²⁸ Refira-se que já em 2002, Estrela Serrano havia lançado a obra *As presidências abertas de Mário Soares : as estratégias e o aparelho de comunicação do Presidente da República*, onde analisava, após a sua experiência como assessora de imprensa do mesmo Presidente da República, as estratégias de comunicação de Mário Soares, considerando-as de certa forma o paradigma do «pseudo-acontecimento», na acepção de Daniel Boorstin, que tem a ver com factos e acontecimentos planeados para produzirem determinados objectivos nos media. Um exemplo de «pseudo-acontecimentos» então estudados por Estrela Serrano foram justamente as Presidências Abertas de Mário Soares:

«A Presidência Aberta é um "pseudo-acontecimento", no sentido em que Boorstin definiu esse conceito. Com efeito, a Presidência Aberta não é um acontecimento espontâneo. Surge porque foi planeada. Foi criada para ser coberta pelos media, como Soares repetidamente afirmou. O seu sucesso mede-se pela amplitude da sua cobertura e pela capacidade de fazer passar os enquadramentos desejados. Soares considerava, aliás, a presença dos órgãos de comunicação social componente essencial da iniciativa. (...) A Presidência—Aberta é um acontecimento intencional. Constituiu uma tentativa de criar um acontecimento para dar visibilidade ao Presidente que queria ser notícia».²⁹

26 Op. cit., p. 474.

27 Op. cit., pp. 479-480.

28 Op. cit., p. 482.

29 Estrela Serrano, *As Presidências Abertas de Mário Soares – as estratégias e o aparelho de comunicação do Presidente da República*, Coimbra, Edições MinervaCoimbra, 2002, pp. 130-131.

Mais próximos do final da década, aparecem novas obras com estudos e análises de referência na área. Começo por referir, no contexto da bibliografia portuguesa sobre informação televisiva, uma outra obra intitulada *Discursos e práticas de qualidade na televisão*, coordenada por Gabriela Borges e Vítor Reia-Baptista³⁰. Trata-se de um acervo de textos que refletem sobre o tema da qualidade em televisão, sendo, nessa medida, de leitura obrigatória. Há fundamentalmente dois ensaios sobre matéria jornalística propriamente dita. Um deles é assinado por Marcela Farrée coloca a questão central sobre o tema: o atributo de qualidade mais destacado é entendido, em regra, como «pluralidade, tanto de conteúdo como de expressão: diversidade de temas, de grupos representados, de opiniões e de formatos».³¹ Mas decisivo é, também, promover o conhecimento e a inovação, contribuir para o desenvolvimento da cultura e da educação. Farrée esclarece muito bem o problema ao enunciar os critérios de qualidade dos programas informativos, sempre enquadrados pelo conceito de «diversidade». A sua análise, aplicada ao caso argentino, conclui pela «falta de diversidade de vozes», entre outras faltas, o que não será certamente um problema apenas argentino... este capítulo da obra integra ainda um relevante ensaio de Beatriz Becker, em torno de um género «poderoso» chamado Telejornal» que se constitui em «espectáculo da actualidade», e que constrói os seus próprios mundos. Beatriz Becker acaba por fechar o círculo analítico iniciado por Farrée: «há telejornalismo de qualidade, quando uma cobertura jornalística (...) representa a pluralidade de interpretações e a diversidade de temas e actores sociais».³² Referência relevante é também a edição n.º 15 da revista *Comunicação e Sociedade*³³, coordenada por Manuel Pinto e Felisbela Lopes, a propósito dos 50 anos do Telejornal da RTP. Para este número, o mote era pensar o papel do Telejornal nomeadamente a partir de três dimensões, a saber:

«i) como vemos esse programa diário, no seu modo de se conceber e apresentar; ii) que mundo é que o Telejornal nos dá a ver; iii) como é que o Telejornal nos vê a nós espectadores e à sociedade em que opera e que serve ou deve servir» e «olhar para cada uma destas direcções de um ponto de vista diacrónico, tendo presentes os desafios e encruzilhadas do nosso hoje (...) o que para uns equivale a ser porta-voz e correia de transmissão de quem o sistema democrático colocou, em cada momento, a dirigir os assuntos do Estado, ao passo que, para outros, equivale a uma atenção permanente e profissional à pluralidade de assuntos e de vozes da sociedade e do Estado.»³⁴

30 Gabriela Borges e Vítor Reia-Baptista (orgs.) *Discursos e práticas de qualidade na televisão*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

31 Op. cit., «Como avaliar a qualidade da informação televisiva? Parâmetros, experiências e resultados», p. 343.

32 Op. cit., «Diversidade e Pluralidade: desafios da produção de um telejornalismo de qualidade», p. 367.

33 Revista *Comunicação e Sociedade*, nº 15, «Os 50 anos do Telejornal: estudos sobre a informação televisiva», Manuel Pinto e Felisbela Lopes (Coord.). CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/Húmus, 2009.

34 Op. cit., p. 5.

Este dossier passa também a ser um trabalho de referência para a área dos estudos sobre jornalismo televisivo, dado que, para além de convocar alguns autores estrangeiros que analisam o tema nos seus próprios países – quer na Europa do sul, quer diversos em países de língua inglesa –, integra ainda um conjunto de reflexões sobre o caso português produzidas por alguns dos nossos especialistas na matéria. A própria co-coordenadora da obra, Felisbela Lopes, abre o dossier com uma análise extensiva sobre os «Estudos televisivos: perspectivas diacrónicas» onde se propõe fazer uma síntese dos múltiplos caminhos abertos nesta área de investigação, quer no plano internacional, quer no plano nacional, o que faz através de uma bem documentada peça sobre uma boa parte dos autores, livros, artigos e teses conhecidos.

Neste número temático da revista *Comunicação e Sociedade*, os artigos que mais se aproximam do tópico aqui em análise são os seguintes: «A notícia de abertura do TJ ao longo de 50 anos (1959-2009)», de Felisbela Lopes, Manuel Pinto, Madalena Oliveira, Helena Sousa (pp. 103-126); «O Telejornal sob o olhar da cenografia: Da experimentação à imagem de marca», de Maria do Rosário Saraiva, Luciana Fernandes e José Azevedo (pp. 149-162); «O meu Telejornal já não é o nosso: Questões que o determinismo tecnológico coloca ao dispositivo televisivo», de Luís Miguel Loureiro (pp. 163-172); «Jornalismo e cidadãos em interacção: Estudo de caso da rubrica 'Nós por Cá' (SIC)», de Rui Couceiro (pp. 173-190); «A cobertura jornalística da imigração: para uma teoria da notícia televisiva», de Isabel Ferin (pp. 191-214) e «"Onde quer que se encontre... o mundo português". Representações de Portugal e da emigração na informação da RTP Internacional» (pp. 215-229).

Como se vê, trata-se de um conjunto de abordagens e enfoques muito diferenciados uns dos outros, que inclusive dificultam a organização de uma reflexão mais estruturada sobre esse mesmo conjunto. No entanto, convirá referir investigação relevante nos diversos textos, quer sobre as estratégias editoriais de abertura, que não são inócuas, isto é, reflectem sempre algo mais do que o que, aparentemente, de mais significativo se passa no país e no mundo –, quer sobre a ideia de não «não-inscrição» e de «não-dito» ou de censura, quer no privilegiar do acontecimento anódino ou acessório, questões estas não abordadas no trabalho sobre a notícia de abertura, mas que nos parecem centrais nos estudos sobre os alinhamentos dos telejornais. Nos outros casos, existem textos sobre dispositivos cenográficos e interactivos que se anunciam por interposição de um «novo telespectador» em ruptura com o regime clássico da televisão generalista. Por fim, dois textos sobre a forma como a informação televisiva vê o «outro» e, em parte, também o «mesmo» (caso da RTPi), ficando claro que, por um lado, o discurso-espectáculo sobre a transgressão tem evoluído para o factual da integração, e que, por outro lado, é também assinalável o facto de se consolidarem em determinadas áreas de programação da RTP Internacional «espaços de expressão específicos de diferentes microesferas públicas da diáspora».³⁵

35 Op. cit., p. 215.

Também em 2009, publicávamos o nosso livro *Crise e Crítica do Sistema de Média*³⁶, uma análise extensiva a casos portugueses, onde dois dos capítulos incidem sobre a teoria e a crítica do jornalismo televisivo. No primeiro dos textos «Jornalismo e Jornalistas em Portugal: Desafios, Limites e Responsabilidade» (pp. 11-38) começávamos por citar Mário Mesquita – «Como são estreitos os limites da liberdade de expressão que a Constituição nos dá e os grupos de comunicação nos vendem», para concluirmos na nossa análise que existem sinais críticos no jornalismo em Portugal que conferem renovada importância aos media participativos, como alternativa à crise do velho «quarto poder», aos múltiplos défices e dependência dos poderes instituídos, às promiscuidades entre as assessorias de imprensa e as redacções dos media, à precariedade na profissão, etc., etc. No segundo texto, «Desencontros da informação televisiva com a Cidadania» (pp. 39-65) consideramos que o sistema de media configura a emergência de uma lógica de exclusão da experiência da cidadania e dos processos sociais através de práticas que se redefinem sobre o princípio do esquecimento e das censuras naturalizadas pelo próprio dispositivo televisivo. Existe uma espécie de censura difusa que leva a que não seja, em regra, reconhecido que as representações mediáticas do acontecimento e do quotidiano, não fazem mais do que fantasmear e dissimular o real latente, o diferendo e a virtude cívil.

Já em 2010, como atrás dissemos, surge um novo livro de Nuno Goulart Brandão³⁷, onde o autor prossegue a análise dos telejornais dos principais canais de televisão portugueses (RTP1, SIC e TVI) e sustenta que o jornalismo televisivo adapta, de certa forma, a sua reactualização e recomposição do real às suas próprias audiências, relativizando a virtude cívil e o verdadeiro interesse geral da notícia-valor.

No capítulo «Os Telejornais da Televisão Generalista Portuguesa e o papel do Serviço Público de Televisão», dedicado às investigações realizadas sobre os noticiários televisivos de horário nobre das Televisões Generalistas Portuguesas de 2000 a 2009, Nuno Brandão observa que o actual campo informativo banaliza a ordem política submetendo-a aos resultados das audiências: predominam nas aberturas dos telejornais «as notícias "choque", dos acidentes e catástrofes», dos «problemas sociais» e do «desporto», resultados que «comprovam a vertente "espectáculo", que hoje, cresce na informação televisiva, na busca da conquista de maiores audiências»³⁸. Aponta, também, para que a informação televisiva se deve subtrair às tendências actuais que privilegiam a dramatização e a «imagem-choque», ou a forma sobre o conteúdo: «do bem de mercado e do espectáculo sobrepostos ao bem social; da encenação dos efeitos sobre a análise das suas causas; da crescente encenação da informação que tem tomado o lugar da sua contextualização (...).»³⁹

36 F. Rui Cádima, *Crise e Crítica do Sistema de Média*, Lisboa: Formalpress/Media XXI, 2009.

37 Nuno Goulart Brandão, *As Notícias nos Telejornais - Que Serviço Público para o Século XXI?*, Lisboa: Guerra e Paz, 2010.

38 Op. cit., p. 41.

39 Op. cit., p. 36.

Uma exigência particular é conferida ao serviço público de televisão, que, segundo Brandão, deve «incentivar uma visão pluralista da cultura valorizando, por um lado, a coesão nacional e a defesa dos valores da identidade nacional e, por outro, uma visão multicultural, de respeito pelas diferenças à luz do grande xadrez do mundo moderno»⁴⁰. Ficamos também com um quadro exemplificativo daquilo que não deve acontecer, sobretudo em relação às categorias de conteúdo menos representadas, que acabam por ser de importância estratégica para o conhecimento e a formação da opinião pública:

«Assuntos de "arte e cultura", com 2,33%, os alusivos a "economia e negócios", com 1,93%, a "educação" com 1,19%, o "ambiente" com 0,48%, ou mesmo os assuntos da temática de "ciência e tecnologia" com 0,22% do total de notícias dos três noticiários televisivos de *prime time* das televisões generalistas a operar em Portugal (Brandão, 2006b).»⁴¹ Conclui Nuno Brandão que «os "valores-notícia" dos actuais noticiários televisivos são, sobretudo, regidos por critérios de selecção do inesperado, do insólito, do que é gerador de dramatismo, emoção, espectáculo. Neste sentido, a prática jornalística ao dar maior "valor-notícia" aos acontecimentos calamitosos do que aos geradores de conhecimento está, sobretudo, a reger-se perante uma visão mercantil da informação e do seu consumo pelas massas.»⁴²

Da obra constam ainda outros capítulos sobre temáticas idênticas e novos estudos sobre determinadas categorias de conteúdos, como é o caso do capítulo «Como está a Europa nos telejornais Portugueses?», e no final Nuno Brandão reacentua a sua visão das práticas jornalísticas recomendando uma reflexão sobre o aumento de diversão, emoção e negatividade nas notícias dos telejornais, pugnado por «um novo regime de prioridades noticiosas no alinhamento dos telejornais portugueses»⁴³. Um outro tipo de obras sobre o jornalismo televisivo em Portugal são as publicadas pelos próprios jornalistas enquanto reflexões pessoais. Entre estes, destacaríamos dois livros: um de José Manuel Barata-Feyo e outro de Judite de Sousa⁴⁴. No caso de Barata-Feyo, a questão fundamental tem a ver com práticas de censura e com o «valor-notícia»: «Em 1993, tive a oportunidade de ver aplicar, na RTP, o novo critério editorial vigente: "isto vende ou isto não vende?"»⁴⁵. Um outro tema referido na obra tem a ver com a censura que foi aplicada à Grande Reportagem em 1983. Nas próprias palavras do autor:

40 Idem., p. 38.

41 Ibidem, p. 49.

42 Op. cit., p. 52.

43 Idem, p. 165-166.

44 José Manuel Barata-Feyo, *RTP: O fim anunciado*, Lisboa: Oficina do Livro, 2002

45 Op. cit., p. 29.

«No seguimento da Grande Reportagem sobre a guerra civil em Angola, filmada nas matas angolanas entre meados de Dezembro de 1983 e meados de Fevereiro de 1984, a administração nomeada para a RTP pelo governo do Bloco Central, presidido por Mário Soares, censurou a emissão, acabou com o programa, desfez a redacção e, enquanto me instalava um processo disciplinar com vista a despedimento, suspendeu-me do exercício de jornalismo e proibiu-me o acesso às instalações da televisão pública durante dezanove meses».⁴⁶

Censura, auto-censura e controlo político, económico e editorial dos media são, aliás, temas de primordial importância na análise do sistema de media em Portugal no pós-25 de Abril, mas infelizmente, por diversíssimas razões, não devidamente estudados ainda no nosso país. O percurso de ambos os jornalistas acabaria por cruzar-se na Grande Reportagem coordenada por Barata-Feyo, mas o livro da então repórter Judite de Sousa, não se inscreve na mesma perspectiva crítica de José Manuel Barata-Feyo. A jornalista⁴⁷ aparenta ter uma visão *sui generis* sobre a relação entre o sistema político e o sistema dos media públicos. Aquando do lançamento do livro, à pergunta - «Sente-se pressionada?», responde:

«Não. Uma coisa é as pessoas darem conta do seu mal estar. O problema é que em relação à RTP a coisa piora. Historicamente, os governos tendem a ver a RTP como estando ao serviço das oposições, e estas acham que a RTP está ao serviço do Governo. Sem ironia, temos um lugar reservado no céu. Levamos pancada de todos os lados. Dos governos, das oposições, dos opinadores. O Dr. Pacheco Pereira vê-me, e ao José Alberto Carvalho, ao José Rodrigues dos Santos e à Fátima Campos Ferreira como atrasados mentais, e a RTP como sendo uma caixa de ressonância do governo PS. Pensa que somos uma espécie de servos da gleba do feudalismo. Por outro lado, a ERC estabeleceu umas quotas, uma coisa impensável e que não vejo em mais lado nenhum, nem os dirigentes norte-coreanos se lembrariam de tal.»

Não sendo a melhor promoção para o seu livro, este pensamento não nos deixou, apesar de tudo, sem curiosidade. E no livro encontra-se algo de diferente, a começar logo na badana:

«O jornalismo deve servir como um vigilante do Poder e o papel do jornalista é fazer o seu trabalho com responsabilidade social, sempre comprometido com a verdade e independente dos poderes políticos». *Judite de Sousa mantém-se convicta de que a televisão é ainda o media que «mais influencia e condiciona o exercício do poder e,*

46 Ibidem, p. 78.

47 Entrevista dada por Judite de Sousa a Cândida Santos Silva, «José Sócrates é agressivo comigo por causa do meu marido». Expresso online, 13 de Setembro de 2009. <http://aeiou.expresso.pt/jose-socrates-e-agressivo-comigo-por-causa-do-meu-marido=f535233>

por conseguinte, a formação da opinião pública»⁴⁸ e de que «jornalistas e políticos movem-se em esferas diferentes e, não raras vezes, conflituam numa lógica de poder e contrapoder».⁴⁹

Ao contrário da obra de Barata-Feyo, o livro de Judite de Sousa tem um posicionamento de certa forma idílico sobre o actual jornalismo televisivo, não apresentando a tendência do tempo, que é a acentuação do seu lado obscuro, as múltiplas dependências e silêncios face à experiência da cidadania e à virtude cívica. Defende que o jornalista deve estar comprometido com a verdade e deve ser independente dos poderes políticos⁵⁰, mas quando refere o incómodo dos governos face aos media é, desde logo, em relação ao comentário político de Marcelo Rebelo de Sousa e de António Vitorino, que «perturbam o 'sistema'»: «não é dito abertamente mas percebe-se, por sinais que vão chegando subliminarmente»⁵¹. Em relação ao caso Freeport, e também ao caso da Licenciatura de José Sócrates, começa por explicitar que «uma das dimensões do jornalismo é escrutinar os diferentes poderes, denunciar o que está mal, interrogar os acontecimentos, procurar a verdade e informar com rigor»⁵² e reconhece que quando os jornalistas confiam nas suas fontes «avançam com a publicação da matéria, ou têm dúvidas e nada escrevem»⁵³, para depois dizer que «o tempo da informação está reduzido à duração do instante e só existe em função daquilo que acontece»⁵⁴, deixando-nos justamente na dúvida sobre a actuação do serviço público nestes casos, onde é conhecido que se verificaram diferimentos na actualidade da informação e ausência de jornalismo de investigação, precisamente onde ele era mais necessário, isto é, no escrutínio dos actos do poder. Nem tão pouco uma palavra sobre a «democracia de audiência» em que as práticas jornalísticas se deixaram atolar, às quais Barata-Feyo, aliás, deu especial destaque no seu livro. A verdade é que se o «share» se tornou uma «medida de aferição política»⁵⁵, foi, muito provavelmente, porque o jornalismo o havia tornado já na sua própria medida.

Uma nota final para os trabalhos, no prelo, do nosso saudoso colega Joel da Silveira. Ao longo dos últimos anos, Joel da Silveira, a par da Presidência do CIMDE - Centro de Investigação Media e Democracia, coordenou iniciativas e estudos na área dos estudos televisivos, dois deles focalizados em particular na informação televisiva. Infelizmente, Joel da Silveira faleceu prematuramente sem ter conseguido editar as obras que resultaram

48 Judite de Sousa, *A Vida é um minuto - O poder e a imagem*, Lisboa: Oficina do Livro, 2009, pp. 24-25.

49 Op. cit., p. 31.

50 Idem, p. 42

51 Ibidem, p. 47.

52 Op. cit., p. 53.

53 Id., p. 56.

54 Idem, p. 59.

55 Ibidem, p. 148.

desse seu profundo investimento nos estudos televisivos. Referimo-nos, concretamente, a *Telejornais no início do Século XXI* (coordenado em parceria com Gustavo Cardoso e António Belo), a editar pela Colibri e a *Telejornais em Exame* (coordenado com Pamela Shoemaker), a editar pela Celta.⁵⁶ Trata-se de obras que reúnem os melhores investigadores portugueses na área, a par de alguns dos grandes especialistas estrangeiros, pelo que estamos certos de que o *state of the art* que daqui resultará constituirá, sem dúvida, uma peça importante, de referência na bibliografia portuguesa na área. Tudo pesado, leva-me a finalizar recordando o filósofo italiano Mario Perniola, quando se perguntava a si próprio se hoje vivemos realmente uma experiência política e mediática que aprofunde a democracia. Para Perniola, no actual sistema de media, a Democracia é sobretudo *democratainment*, conceito que agrega a velha trilogia do contrato televisivo - educar, informar, divertir - recomposta agora nas figuras do *edutainment*, *infotainment* e *entertainment*.⁵⁷ A ser assim, e ainda que se trate de uma visão rica em sentido, embora esquemática, não há dúvida que reflecte muito do pensamento crítico sobre as más práticas jornalísticas identificadas na literatura científica portuguesa aqui analisada. Não estando tudo por fazer, não duvido de que o mais importante está ainda por fazer. Isto é, sistema de media e sistema político têm ainda que superar o défice democrático e de cidadania que construíram à revelia da própria experiência social, à revelia da virtude cívica e do mundo da vida, à revelia da própria identidade cultural portuguesa, temas essenciais que raramente se inscrevem no conjunto dos acontecimentos que ascendem à «dignidade» mediática da agenda televisiva, permitindo assim que nessa agenda mais depressa se consolide a «história única» do que a diversidade de vozes e o pluralismo.

BIBLIOGRAFIA

Alves, Dinis (2010), *Promoções, Silêncios, Desvirtuações na TV - A informação ao serviço da estação*, Coimbra: Mar da Palavra.

– (2010), *Terceiro Mundo em Notícias - Em Directo do Inferno*, Coimbra: Mar da Palavra, – (2005) «Mimetismos e Determinação da Agenda Noticiosa Televisiva – A agenda-montra de outras agendas», Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Baptista, Vítor-Reia e Borges, Gabriela (2008) (Orgs.), *Discursos e Práticas de Qualidade na Televisão*, Lisboa: Livros Horizonte.

Barata-Feyo, José Manuel (2002), *RTP: O fim anunciado*, Lisboa: Oficina do Livro.

56 Uma outra obra póstuma de Joel da Silveira (coordenada com Luís Marques), está também no prelo. Trata-se de *Serviço Público de Televisão. Desafios para o Século XXI*, a sair também na Celta.

57 Mario Perniola, *Contra a Comunicação*, Lisboa, Teorema, 2006.

- Becker, Beatriz (2008), «Diversidade e Pluralidade: desafios da produção de um telejornalismo de qualidade», *Discursos e Práticas de Qualidade na Televisão*, Gabriela Borges e Vítor Reia-Baptista (Orgs.), Lisboa: Livros Horizonte, pp. 357-367.
- Bourdieu, Pierre (1996), *Sobre a Televisão*, Lisboa: Celta.
- Brandão, Nuno (2010), *As Notícias nos Telejornais. Que Serviço Público para o Século XXI?*, Lisboa: Guerra e Paz.
- (2006) *Prime Time. Do que falam as notícias dos Telejornais*, Lisboa: Casa das Letras.
- (2002) *O Espectáculo das Notícias: a televisão generalista e a abertura dos telejornais*, Lisboa: Editorial Notícias.
- Cádima, F. Rui (2009), *Crise e Crítica do Sistema de Média*, Lisboa: Formalpress/Media XXI,
- (2006) *A Televisão 'Light' Rumo ao Digital*, Lisboa: Formalpress/Media XXI.
- (1996) *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa: Presença.
- (1995) *O Fenómeno Televisivo*, Lisboa: Círculo de Leitores-
- (1988) «Notícia do mundo e de lado nenhum. Ou a ilusão naturalista da informação televisiva», *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 8, Lisboa, CECL, 1988, pp. 41-46.
- Cunha, Manuel Antunes (2009), *Les portugais de France face à leur télévision*, Rennes, PUR,
- (2009) «"Onde quer que se encontre... o mundo português". Representações de Portugal e da emigração na informação da RTP Internacional» *Revista Comunicação e Sociedade*, nº 15, CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/Húmus, pp. 215-229.
- Dayan, Daniel e Katz, Elihu (1999), *A história em directo. Os acontecimentos mediáticos na televisão*. Coimbra: Minerva.
- Farré, Marcela (2008), «Como avaliar a qualidade da informação televisiva? Parâmetros, experiências e resultados», *Discursos e Práticas de Qualidade na Televisão*, Gabriela Borges e Vítor Reia-Baptista (Orgs.), Lisboa, Livros Horizonte, pp.341-356.
- Ferin, Isabel (2009), «A cobertura jornalística da imigração: para uma teoria da notícia televisiva», *Revista Comunicação e Sociedade*, nº 15, CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/Húmus, pp. 191-214.
- (2007) *Jornalismo e Democracia*, Lisboa: Paulus, 2007.
- (2006) *A Televisão das Mulheres: Estudos sobre a Recepção*, Lisboa: Quimera, 2006
- (2006) «Imagens da Diferença», *Média & Jornalismo*, nº 8 (Coord.), Coimbra: Edições Minerva.
- (2006) *Média, Imigração e Minorias Étnicas II*, Lisboa: ACIME.
- (2003) *Média, Imigração e Minorias Étnicas*, Lisboa: ACIME.
- Filho, Willy (2008), *Imagem do Imigrante Brasileiro no Jornalismo Televisivo Português 2004–2006*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).
- Godinho, Jacinto (2009), *As Origens da Reportagem*, Lisboa, Horizonte.
- Leblanc, Gérard (1987), *Treize heures – vingt heures. Le monde en suspens*, Marburg: Éditions Hitzeroth.
- (1989) «A actualidade trágica», *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 9, Maio de 1989.
- Lopes, Felisbela (2008), *A TV do real : a televisão e o espaço público*, Coimbra: Minerva.
- (2007) *A TV das elites : estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas : 1993–2005*, Porto: Campo das Letras.
- (1999) *O Telejornal e o Serviço Público* (Coimbra : Minerva, 1999)

- , (2000) «Os donos dos plateaux da informação semanal na TV generalista», *Livro de Actas do 4º Congresso da Sopcom* (edição digital), Universidade de Aveiro, Outubro, pp. 225–233.
- Lopes, Felisbela et al. (2009), «A notícia de abertura do TJ ao longo de 50 anos (1959–2009)», *Revista Comunicação e Sociedade*, nº 15, CECS – *Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/Húmus*, pp. 103–126.
- Machado, Gisela (2005), *O primeiro dia Europeu de Portugal – Cenas da união selada pela televisão*, Porto: Campo das Letras.
- Mesquita, Mário (2003), *O Quarto Equívoco – O poder dos média na sociedade contemporânea*, Coimbra: MinervaCoimbra.
- (2001) «O tempo cerimonial na televisão ou a nostalgia programada», *Caleidoscópio*, nº 1, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, pp. 81–89.
- (2001) «Legitimação política e acontecimentos cerimoniais», *Observatório*, nº 3, Lisboa: Obercom, pp. 125–132.
- (1997) «Retóricas da Comunicação: do Jornalismo às Telecerimónias», *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo: Intercom, Vol.XX, nº2, Julho/Dezembro, pp. 65–83.
- (1991) «A cerimónia do esquecimento - os funerais de Hirohito», *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 14, Lisboa: CECL/Cosmos, pp. 23-42.
- Perniola, Mario (2006), *Contra a Comunicação*, Lisboa: Teorema.
- Pinto, Manuel e Lopes, Felisbela (2009) (Coord.), «Os 50 anos do Telejornal: estudos sobre a informação televisiva», *Revista Comunicação e Sociedade*, nº 15, CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/Húmus.
- Santos, José Rodrigues dos (2002), *A Verdade da Guerra*, Lisboa: Gradiva.
- (2002), *Crónicas de Guerra II - De Saigão a Bagdade*, Lisboa: Gradiva, 2002.
- Serrano, Estrela (2006), *Jornalismo Político em Portugal. A cobertura das eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976-2001)*, Lisboa: Edições Colibri/IPL, 2006.
- (2002) *As Presidências Abertas de Mário Soares – as estratégias e o aparelho de comunicação do Presidente da República*, Coimbra, Edições MinervaCoimbra.
- Sousa, Judite de (2009), *A Vida é um minuto. O poder e a imagem*, Lisboa: Oficina do Livro.
- Silveira, Joel da, et al (no prelo), *Telejornais no início do Século XXI*, Lisboa: Colibri.
- (no prelo) *Telejornais em Exame*, Lisboa: Celta.
- (no prelo) *Serviço Público de Televisão. Desafios para o Século XXI*, Lisboa: Celta.
- Torres, Eduardo Cintra (2006), *A Tragédia Televisiva*, Lisboa: ICS.
- Traquina, Nelson (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias, "Estórias"*, Lisboa: Vega.
- (2002) *Jornalismo*, Lisboa: Quimera.